

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: O PROGRAMA PROINFÂNCIA

BORBA, Rita De Cássia Silva; RAMOS, Helena Silva; IMANO, Miyuki Angelica.
(autor/es)
MOTA, Maria Renata Alonso. (orientador)
rbritaborba@gmail.com

Evento: Iniciação Científica
Área do conhecimento: Educação

Palavras-chave: Infância; Políticas públicas; Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado à pesquisa intitulada Políticas Públicas para a Educação Infantil: (Re)configurações do Cuidado/Educação no Contexto Contemporâneo, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE. Neste momento o trabalho apresenta a segunda estratégia que se refere à análise documental dos discursos materializados nas políticas públicas educacionais para Educação Infantil, a partir do Programa ProInfância. Para tanto, apresentaremos brevemente o Programa ProInfância e em seguida, uma análise sobre a ampliação do Programa com algumas contribuições teóricas. Para finalizar, teceremos considerações acerca do material analisado.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O contexto histórico brasileiro de atendimento à Infância teve seu início marcado pelo assistencialismo. Essa forma de atendimento à Infância “funciona por meio da benemerência e da caridade ao próximo com a finalidade de salvar – neste e no outro mundo – tanto a criança pobre e abandonada, que recebe ajuda, quanto àquele que a oferece” (LOCKMANN e MOTA, 2013, p. 93). O início do século XX foi marcado pela implementação de instituições denominadas creches, junto às fábricas, dando suporte às mães trabalhadoras e preservando os direitos das crianças pequenas. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil consolidou-se como direito garantido a todas as crianças em idade apropriada. Caracterizada como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, nas últimas décadas, tem passado por inúmeros direcionamentos, formas de atendimento e políticas públicas educacionais apresentando, após a década de 1990, uma grande expansão de instituições, bem como uma ampliação de temáticas em pesquisas.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

No ano de 2015, deu-se início ao processo da segunda etapa da pesquisa sobre as Políticas Públicas para a Educação Infantil, na qual um dos programas selecionados foi o ProInfância. Para tanto, foram realizadas buscas nos sítios oficiais governamentais por documentos para fundamentar-nos sobre a proposta do programa ProInfância. Num segundo momento, foi realizada uma busca por artigos que tematizassem a ampliação do programa em âmbito nacional. Após, realizamos quadros contendo as ideias principais referentes aos documentos coletados, o que nos possibilitou definir os aspectos a serem analisados.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

O Programa ProInfância, Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, foi criado pelo Governo Federal, Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, no âmbito do Ministério da Educação-MEC, fazendo parte das ações do MEC e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE, através do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE. O objetivo do Programa ProInfância é aprimorar a infraestrutura escolar referente ao Ensino Infantil com atendimento às crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses, tanto na construção das escolas, como na implantação de equipamentos e mobiliários adequados.

Para a instalação do Programa ProInfância, leva-se em conta as especificidades da região pretendente, considerando aspectos como: características e localização do terreno; adequação da edificação aos parâmetros ambientais e ao clima regional; características do solo; topografia; localização da infraestrutura; orientação da edificação. Tendo em vista as diferentes situações para implantação das escolas, o Projeto Padrão apresenta opções e alternativas para efetua-los, como por exemplo, alternativas de fundações, implantação de sistema de esgoto e alternativas de elementos construtivos visando o conforto térmico. Após ser efetivado o acerto do “Termo de compromisso” do município/estado com a União, fica a cargo do gestor público toda responsabilidade referente ao processo. Dentre as principais obrigações do gestor institucional, destaca-se: fornecer informações sobre a obra mensalmente; designar responsável técnico arquiteto/engenheiro, conforme especificações para a fiscalização da obra; tanto emitir, quanto obter documentos.

Atualmente os números oficiais de adesão ao programa em nível nacional demarca apoio a 2092 creches no ano de 2013 e 958 creches em 2014.

As análises demonstram que as pesquisas sobre a implantação e ampliação do programa ProInfância em âmbito nacional têm ressaltado o regime de colaboração entre as entidades envolvidas nesse processo. No entanto, foi constatado um número grande de demanda por atendimento na Educação Infantil em relação aos poucos convênios firmados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas neste estudo, podemos considerar que o programa ProInfância tem possibilitado a ampliação do atendimento às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e à Educação Infantil. No entanto, entendemos que existe ainda um desafio importante que compreende o atendimento adequado e de qualidade às crianças, tendo por base uma proposta pedagógica que faça referência aos objetivos dessa primeira etapa educacional. Além disso, ainda se configura como um desafio o atendimento à demanda real por instituições de Educação Infantil em todo o país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia> Data de acesso: março/2015.

LOCKMANN, Kamila; MOTA, Maria Renata Alonso. **Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica.** Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 76 – 111.